

Proposta original fica distante

por Claudia Safatle
de Brasília

O acordo que o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa brasileira, está finalizando com o comitê de bancos credores, em Nova York, está distante da proposta original feita pelo País em outubro do ano passado. Ele retrata, porém, o tamanho da resistência dos credores internacionais privados, que, neste processo, mostrou, de forma inusitada, o envolvimento dos governos dos países industrializados e dos organismos internacionais de crédito. "As pressões foram muito grandes", constatou um dos assessores do Ministério da Economia, que acompanha o dia-a-dia das negociações externas. Este não é o acordo desejado, é apenas o acordo possível.

O governo brasileiro inovou, originalmente, montando um engenhoso esquema que aliava os desembolsos anuais, a título de pagamento dos encargos da dívida externa, à efetiva disponibilidade de cruzeiros no setor público. Criou o conceito de capacidade de pagamento medida pelo superávit fiscal do governo, desvinculando os pagamentos da geração de superávits comerciais. Como desdobramento, vinculou a negociação dos juros atrasados desde junho de 1989 — de US\$ 8 bilhões até dezembro de 1990 — à renegociação do estoque de US\$ 52 bilhões de dívida junto aos bancos privados internacionais.

PRESSÕES

A lógica era procedente: se a quantidade de cruzeiros disponíveis pelo setor público para comprar os dólares e remetê-los aos credores era determinada, os compromissos resultantes de um acordo teriam que ser previsíveis e compatíveis com a capacidade de pagamento.

Quase seis meses em processo contínuo de negociação, o embaixador constatou, nos primeiros meses, que se o País não desmembrasse a negociação, tratando inicialmente de regularização dos juros atrasados, ela não prosseguiria. E as pessoas para induzir o governo a aceitar a separação de atrasados e estoque foram inúmeras: desde o Grupo dos 7 (os sete países industrializados) assumindo, explicitamente, a cobrança dos atrasados, ao encolhimento das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias), cada vez mais magras e mais caras,

passando por gestões do subsecretário do Tesouro americano para assuntos internacionais, David C. Mulford, em nome do governo George Bush.

JUROS ATRASADOS

Na questão dos juros atrasados, o governo brasileiro também decepcionou-se com os limites da aceitação dos bancos credores. Começou o embaixador Dauster propondo um "cash payment" de 15% dos US\$ 8 bilhões de atrasados, e os 85% restantes seriam pagos com bônus de quinze anos com cinco de carência e taxas de juro fixas. Os bancos do comitê assessor apresentaram uma contraproposta: 33% "cash", bônus de cinco anos sem carência e taxas de juro flutuantes. Como natural no processo de negociação, as partes começaram a convergir para cifras mais próximas.

No final da semana falava-se em 25% de pagamento "cash" — cerca de US\$ 2 bilhões —, sendo metade tão logo se tenha uma "term-sheet" e o restante em parcelas (9 parcelas, se aceita a proposta brasileira, 6 parcelas se a dos ban-

cos), mas certamente sairá um acordo intermediário. Fontes do Ministério da Economia mencionavam 8 prestações iguais e sucessivas, o que resultaria em pagamentos totais nesse ano. Na questão das taxas de juro, permaneciam as diferenças. De qualquer forma, ficou acertado que os bônus só serão emitidos se os bancos colaborarem no progresso da negociação do principal.

ESTOQUE

Os atrasados demandaram cinco meses e meio de negociação intensa. A expectativa de um representante de banco credor consultado por este jornal é de que o estoque da dívida seja negociado ainda neste semestre, desde que as soluções encontradas na mesa de negociação sejam as de mercado. Essa é que será a fase mais complicada do acordo externo. A forma de refinanciamento do principal é que resultará na remoção ou não no gargalo externo do programa de estabilização, alargando prazos e reduzindo encargos, de modo a ser uma "solução duradoura", como costuma dizer a minis-

tra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

A questão de conceito de capacidade de pagamento, introduzida na negociação brasileira, não chegou a ser abordada pelos bancos credores nesses quase seis meses de entendimentos. Os bancos do comitê assessor sequer mencionaram ao embaixador Dauster se concordam ou não em discutir o assunto. O representante de um banco do comitê disse a este jornal que "a capacidade de pagamento será determinada pelas reformas estruturais que o governo conseguir implementar no País. Se a ótica é fiscal ou de balanço de pagamentos, isso não há concordância na comunidade financeira internacional". "O comitê assessor é uma máquina de triturar negociação", costuma dizer um negociador da dívida da gestão do ex-ministro Dilson Funaro. O problema, identificam assessores da atual equipe econômica, é que o comitê tem apoio explícito dos governos e dos organismos internacionais, onde os governos dos países industrializados são acionistas majoritários.